



Estratégia
OAB

3º SIMULADO DE 2ª FASE

OAB

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXI Exame de Ordem da OAB;
- A peça prático-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais

Estratégia OAB no YouTube
[instagram.com/estrategia OAB](https://www.instagram.com/estrategia_oab/)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXX Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! => O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Em 2020, a Assembleia Legislativa do Estado ALFA aprovou a Lei nº 564 tratando sobre a educação básica, tendo o Governador (na qualidade de chefe do poder executivo) sancionado a referida lei. Esta passou a indicar que todos os alunos com deficiência ou com alguns tipos de transtornos deveriam estudar obrigatoriamente por vídeos em suas residências. A Lei nº 564 também tratou de aspectos relativos ao provimento de cargos e estabilidade dos servidores públicos estaduais. O problema é que a nova legislação trouxe uma intensa discussão doutrinária a respeito das matérias tratadas. Nesse sentido, a Associação Nacional de Professores, salientando que a lei viola diretamente o texto da Constituição Federal de 1988 e, tendo em vista a aproximação do início do semestre letivo, procura os seus serviços como advogado visando buscar uma decisão judicial de inconstitucionalidade da referida lei, sendo certa a urgência na obtenção de um provimento judicial favorável. Considerando a hipótese acima narrada, formule a peça processual adequada.



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	

94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	

125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 1

Aprovado apenas pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, assim como no âmbito da mesma Comissão em razão dessa matéria do Senado Federal, determinado projeto de lei, que versava sobre política externa brasileira, foi levado à apreciação do Presidente da República, que resolveu vetá-lo, ao argumento de que nenhum projeto de lei pode ser aprovado sem a respectiva votação do Plenário de cada uma das casas legislativas.

- a) O argumento do Presidente encontra amparo constitucional?
- b) É possível que entidades de classe interessadas derrubem o veto do Presidente da República?



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

O Estado do Acre, aprovou mediante Lei Estadual 123 o reajuste de cobrança do Imposto Y. João, entendendo que a mencionada lei viola diretamente a Constituição Federal, ajuíza uma medida judicial defendendo que a lei é inconstitucional. O Juiz de primeiro grau entendeu que a Lei Estadual 123 respeitou os ditames estabelecidos pela Constituição Estadual e julgou improcedente o pedido inicial. Inconformado com a questão, João interpõe recurso de apelação perante o Tribunal de Justiça do Estado, requerendo a revisão do julgado. Com base no caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- a) A Câmara Cível pode declarar a inconstitucionalidade da norma?
- b) Caso a hipótese fosse de revogação, é correto afirmar que seria necessário o encaminhamento dos autos ao órgão pleno ou especial da Corte?



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

A Lei Estadual 123 entra em confronto com uma norma da respectiva Constituição Estadual, que trata de normas da educação básica. E ainda, ao mesmo tempo viola norma da Constituição Federal. Partido Político Sigma, que tem representantes no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), procura você na qualidade de advogado para examinar a constitucionalidade in abstrato desse diploma normativo e ajuizar a medida judicial cabível. De acordo com a narrativa acima, responda aos itens a seguir:

- a) É possível afirmar que a ação de controle abstrato apenas deve ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal? Responda justificadamente.
- b) Caso o STF declare a constitucionalidade da norma estadual, é correto afirmar que o julgamento pelo TJ estará prejudicado?



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 4

Rodolfo, servidor público do Estado Y, ingressou no serviço público em 1975, estando regido pela Lei nº 999, que trata do Estatuto dos Servidores do Estado. Com relação a situação funcional de Rodolfo, responda fundamentadamente os itens a seguir.

- a) O que ocorrerá caso o texto da Lei nº 999 se alinhe à nova CRFB/88 no aspecto material, mas não tenha sido editado conforme o novo processo legislativo da Constituição?
- b) É possível afirmar que Rodolfo tem direito adquirido a não ser atingido pela atual Constituição no que tange a sua situação funcional?



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	